



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada no 6º Juizado Especial Cível da  
Comarca de Fortaleza /CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 36/2020/CGJCE**

**Corregedor Geral da Justiça:**

**Desembargador Teodoro Silva Santos**

**Juiz Corregedor Auxiliar:**

**Dr. Francisco Gladyson Pontes Filho**

<b>1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO</b>	
Processo	CPA 8503801-04.2020.8.06.0026
Unidade	6º Juizado Especial Cível da Comarca de Fortaleza
Entrância	Entrância Final
Endereço	Rua Santa Efigênia, nº 299, Messejana, Fortaleza-CE
Período da Correição	Outubro de 2020
Portaria	Portaria nº 36/2020

<b>2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b>	
Nome: <b>Paulo Sérgio dos Reis</b>	Matrícula: <b>3855</b>
(X) Juiz de Direito ( ) Juiz Substituto	(X) Titular ( ) Respondendo ( ) Auxiliando Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria nº ____/____
Exercício cumulativo: ( ) Sim (X) Não	Quais?
Ingresso na Magistratura: 04/06/2011	Ingresso na Vara: 04/12/2015
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim ( ) Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	( ) Sim (X) Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	( ) Sim (X) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	( ) Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	( ) Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 DO QUADRO DE PESSOAL</b>		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Carla Dandara Pinheiro Alexandrino		22616
<b>3.2 JUÍZES LEIGOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Ilana Mota Arrais		5622
<b>3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Maria Zenilce Souza		200742
<b>3.5 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>03</b>
Daniely Rodrigues de Oliveira		4894
Marcos Aurélio Gomes Feitosa		4985
Francisco Dione Ximenes Vasconcelos		4385
<b>3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>

<b>3.8</b>	<b>TERCEIRIZADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.9</b>	<b>CEIDIDOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.10 CARGOS EM COMISSÃO</b>			
Carlos Eduardo Gouveia Coutinho		Supervisor de Unidade	1715
Fabrício Albuquerque Gomes		Conciliador	9198

<b>4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA</b>
Não se aplica (juizado com foro exclusivamente cível)

<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO</b>	
Nome: Camila Vieira Nunes Moura	(X) Titular ( ) Respondendo
Responde por outras Comarcas? ( ) Sim (X) Não	Quais?

<b>6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
Comarca com Cinco Varas ou mais	
<input type="checkbox"/> Jurisdição Cível <input type="checkbox"/> Cível Comum <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Revisão de Contratos Bancários <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Seguro DPVAT <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Execução de Título Extrajudicial <input type="checkbox"/> Recuperação de Empresas e Falências <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões <input type="checkbox"/> Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Registros Públicos	
<input type="checkbox"/> Jurisdição Criminal <input type="checkbox"/> Criminais Comum <input type="checkbox"/> Privativa Audiência de Custódia <input type="checkbox"/> Juri <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas <input type="checkbox"/> Execução Penal e Corregedoria de Presídios <input type="checkbox"/> Execução de Penas e Medidas Alternativas <input type="checkbox"/> Crimes contra a Ordem Tributária	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Especial <input type="checkbox"/> Execução Fiscal <input type="checkbox"/> Infância e Juventude <input checked="" type="checkbox"/> Juizado Especial Cível <input type="checkbox"/> Juizado Especial Criminal <input type="checkbox"/> Juizado Especial Cível e Criminal <input type="checkbox"/> Juizado Especial da Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	

<b>7 DO ACERVO PROCESSUAL</b>	
Acervo atual	1194

Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		3644
Data da Inspeção: 11/2015	Nº CPA: 8502899- 27.2015.8.06.0026	
(X) Diminuiu	( ) Aumentou	Diferença: -2450
Tramitação Processual ( ) Físico (X) Digital ( ) Físico/Digital		

<b>8 DA PRODUTIVIDADE</b>		
<b>DADOS DO MAGISTRADO</b>		
<b>8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)</b>		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	3351	279,25
Acordos	416	34,67
Decisões	1262	105,17
Audiências	231	19,25
Despachos	4981	415,08
<b>DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 21 de outubro de 2020</b>		
<b>8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020)</b>		
Processos novos		1227
Processos pendentes de julgamento		1040
Processos julgados		785
Processos pendentes de baixa		1194
Processos baixados		877
<b>8.3 Gestão do acervo (Mês: outubro /Ano: 2020)</b>		
Processos conclusos para Sentença		55
Processos julgados e não baixados		154
Processo Suspenso		12
Processos Reativados no mês		1
Processos Transitados no mês		34
Processos em grau de recurso no mês		1
Processos remetidos a outro foro no mês		0
Processos arquivados definitivamente no mês		43
Processos entrados no mês		73
Processos julgados no mês		32
<b>8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	61
	Pendente de Baixa	72
Portador de Necessidade Especial	Pendente de Julgamento	3
	Pendente de Baixa	3
<b>8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias</b>		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		102
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		34
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		1
Total		137
<b>8.6 Gestão de Tempo e Qualidade</b>		
Índice de processos com assunto cadastrado		99,84%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100%

<b>9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS</b>	
<b>9.1 VISÃO GERAL</b>	
<b>9.1.1 Processos Conclusos</b>	
Para Despacho	9
Para Decisão Interlocutória	0

<b>9.1.1 Liminares Pendentes de Análise</b>	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	2
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(X) Sim ( ) Não
Como é feito esse controle? O supervisor informou que o agrupador do Sistema Pje “documentos não lidos” é verificado diariamente e existindo manifestação do réu em resposta a pedido de tutela de urgência, o feito é encaminhado para conclusão para decisão de urgência.	
<b>9.1.2 Custas Finais</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	( ) Sim (X) Não
<b>9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE</b>	
<b>9.2.1 Processos Cíveis</b>	
Mandados de Segurança	Não se aplica
Ações Cíveis Públicas	Não se aplica
Ações de Improbidade Administrativa	Não se aplica
<b>9.2.2 Tribunal Popular do Juri</b>	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	Não se aplica
Juris realizados nos últimos 12 meses	Não se aplica
Juris pendentes de realização	Não se aplica
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	Não se aplica
Processos inseridos na Meta ENASP	Não se aplica
<b>9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal</b>	
Cumprimento em Regime Fechado	Não se aplica
Cumprimento em Regime Semiaberto	Não se aplica
Cumprimento em Regime Aberto	Não se aplica
<b>9.2.4 Infância e Juventude</b>	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	Não se aplica
Total de processos de apuração de Ato Infracional	Não se aplica
Total de processos de execução de medida socioeducativa	Não se aplica
<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais</b>	
Competência da Diretoria do Fórum	
<b>10.2 Processos com Representação</b>	
Nada consta	
<b>11 DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>11.1 Visão Geral</b>	
Entrados no Mês	0
Arquivados	10
<b>11.2 Procedimentos Investigatórios</b>	
Pendentes	27
<b>11.3 Cartas Precatórias</b>	
Pendentes	17
<b>12 DAS AUDIÊNCIAS</b>	
<b>12.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	1864
Total de audiências realizadas	Não consta
Audiências não realizadas	71
Audiências canceladas/redesignadas	1156

<b>12.2 Situação geral</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	0
Processos aguardando a realização de audiência	228
Audiência designada com a data mais distante	01/06/2020

<b>13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE</b>	
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não

<b>14 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO</b>		
<b>Processo</b>	<b>Última movimentação</b>	<b>Movimentação</b>
0000346-34.2009.8.06.0020/0	27/03/2018	Autos entregues em carga ao advogado
0869236-64.2000.8.06.0001	08/01/2020	Materialização de processo eletrônico
3001584-85.2019.8.06.0020	17/02/2020	Expedição de documento
3000889-05.2017.8.06.0020	02/03/2020	Expedição de documento
3001524-15.2019.8.06.0020	02/03/2020	Expedição de documento
3000584-50.2019.8.06.0020	04/03/2020	Expedição de documento
3000604-41.2019.8.06.0020	04/03/2020	Expedição de documento
3000201-38.2020.8.06.0020	04/03/2020	Expedição de documento
3000215-22.2020.8.06.0020	04/03/2020	Expedição de documento
3001438-44.2019.8.06.0020	10/03/2020	Expedição de documento

<b>15 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>	
<b>15.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 70,8%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	
2018	34,68%
2019	32,16%
2020	51,60%
<b>15.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 124%)</b>	
2018	101,99%
2019	98,41%
2020	71,48%
<b>15.3 Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)</b>	
2018	107,82%
2019	97,10%
2020	63,98%
<b>15.4 Meta 2 (Meta para 2020 é 90%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	41
Total de processos pendentes de julgamento	43
Total de processos julgados	-2
2019 – Percentual de Atingimento	0%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	39
<b>15.5 Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	0
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	0

<b>15.6 Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	0
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	0
<b>15.7 Conciliação</b>	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	620
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2020, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	143

<b>16 DA VIDEOCONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<b>17 NORMATIVOS IMPORTANTES</b>	
<b>Normativo</b>	<b>Conteúdo</b>
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juizes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

<b>18 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES</b>


19 RECOMENDAÇÕES	
19.1	<i>Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2020, com destaque para as Metas 1 e 2 do CNJ;</i>
19.2	<i>Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</i>
19.3	<i>Evitar o agendamento de audiências para o período em que o magistrado titular estiver em gozo de férias e envidar esforços no sentido de diminuir o número de audiências não realizadas;</i>
19.4	<i>Movimentar, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;</i>
19.5	<i>Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias;</i>
19.6	<i>Cobrar de todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;</i>
19.7	<i>Proceder o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação;</i>
19.8	<i>A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento do Sistema SEI, com o intuito de ele passe a refletir a real situação da unidade;</i>

## 20 CONCLUSÃO

Inspecionando à 6ª Unidade do Juizado Especial Cível da Comarca de Fortaleza/CE, constatou-se, em geral, que a tramitação processual regular, no entanto existe a necessidade de aprimoramento em alguns aspectos.

Em razão da pandemia COVID-19, não foi possível a inspeção presencial. Assim, o exame inspeccional focou mais nos dados estatísticos, que foram suficientes para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Durante a inspeção, podemos perceber que os feitos estão sendo impulsionados a contento, mas há a necessidade de dar maior atenção a alguns pontos específicos.

O primeiro ponto diz respeito à quantidade de processos **paralisados há mais de 100 dias**. Conforme dados do sistema SEI (extraídos na data de 21/10/2020), a 6ª Unidade do Juizado Especial Cível da Comarca de Fortaleza/CE possui 137 (cento trinta e sete) processos nessa situação, o que corresponde a 11,47% do acervo.

Destaca-se que desses feitos, um processo está paralisado há mais de um ano. Assim, a unidade deve empreender esforços para diminuir tal quantidade.



Outro ponto que a unidade precisa aprimorar diz respeito ao monitoramento das **Metas do CNJ**. Nesse relatório, fizemos a análise das Metas relativas ao ano de 2020.

Em janeiro de 2020, a 6ª Unidade do Juizado Especial Cível da Comarca de Fortaleza a possuía 41 (quarenta e um) processos inseridos na Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, dos quais, até o mês de setembro, nenhum foi sentenciado, restando o julgamento de 39 (trinta e nove), até o final do ano, para que a referida meta seja atingida.

A unidade não possui processos de Meta 4 ou 6 do CNJ.

Quando considerados os últimos 12 (doze) meses, o Dr. Paulo Sérgio dos Reis possui uma **média processual**, na unidade inspecionada, de 279,25 sentenças por mês, o que vem sendo suficiente para atender a demanda da unidade, que é de 172,41 processos por mês (número obtido dividindo-se a quantidade de processos novos do ano de 2019 por 12).

Importante destacar que na última inspeção, realizada em 2015, foi constatada a existência de 3644 (três mil seiscentos e quarenta e quatro) processos. Isso significa que houve uma redução de 2450 (dois mil quatrocentos e cinquenta).

Apesar disso, verifica-se um aumento preocupante na **taxa de congestionamento**. No ano de 2018 a referida taxa era de 34,68%, enquanto, em 2020, está em 51,60%.

Em consulta ao painel Gestão de Acervo, do SEI, tem-se que a unidade possui 154 processos julgados e não baixados. Assim, recomenda-se que a unidade empreenda esforços para arquivar os processos que estão aptos e, conseqüentemente, reduzir a taxa de congestionamento.

Assim, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar com prioridades, sendo certo que a unidade inspecionada deve dar maior atenção aos processos vinculados à Meta 2, bem como àqueles feitos paralisados por mais tempo, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável do processo.

Analisando os dados acima, percebe-se que o Dr. Paulo Sérgio dos Reis, bem

como sua equipe de servidores estão empreendendo esforços para fornecer uma boa prestação jurisdicional à população.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria. Não se identifica, ademais, necessidade de monitoramento da unidade judiciária.

Os esforços do Magistrado à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao magistrado, concedendo-lhe o prazo de 90 (cento e vinte) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza, 02 de novembro de 2020.

**FRANCISCO GLADYSON PONTES FILHO**  
Juiz Corregedor Auxiliar